

Equipe de Bolsonaro desaprova Rota 2030

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto | De Brasília

A equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro, é contra o programa Rota 2030, que estabelece cerca de R\$ 2,1 bilhões por ano de incentivos à pesquisa e desenvolvimento no setor automotivo. Apesar disso, o time bolsonarista ainda não definiu se vai se posicionar abertamente e pedir que o atual Congresso rejeite o projeto em tramitação na Casa.

A decisão nesse caso é de natureza muito mais política do que técnica. Por isso, mesmo contrário à medida, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda não havia definido o encaminhamento para o assunto. Lideranças ligadas a Bolsonaro no atual Congresso relatam que até agora não houve qualquer pedido para tentar barrar a medida.

Questionado, o líder do PSL na Câmara, deputado Eduardo Bolsonaro (SP), que é filho do presidente eleito, disse que ainda não teve nenhum posicionamento sobre o assunto. A votação era para ter ocorrido na semana passada no plenário da Câmara, mas foi adiada por uma divergência sobre os incentivos regionais.

A votação tinha sido remarcada para a noite de ontem, mas foi novamente adiada, por falta de acordo, dado que os parlamentares estavam esperando um alongamento da sessão do Congresso Nacional, destinada a analisar os vetos presidenciais a uma série de medidas.

Há quem sugira, no Parlamento, que a equipe econômica de Bolsonaro evite atrapalhar a votação porque não teria votos suficientes na atual composição do Legislativo para barrar a MP, que conta com apoio até de parlamentares da oposição.

Do ponto de vista técnico, o argumento da equipe econômica de Bolsonaro é que o setor automotivo não precisa desse incentivo porque já está há bastante tempo consolidado no mercado brasileiro e teve muito apoio e proteção nos últimos anos.

Além disso, com os recursos gastos para viabilizar esse programa - uma versão mais modesta do Inovar-Auto, o regime automotivo que vigorou no governo Dilma Rousseff e que foi contestado na Organização Mundial do Comércio (OMC) -, a equipe econômica acredita que poderia implementar novos programas de governo que estão sendo gestados ou melhorar o

próprio resultado fiscal, principal meta do futuro superministro Paulo Guedes.

O Rota 2030 foi editado após muita pressão do setor automotivo e do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), que disputou por vários meses com o Ministério da Fazenda, que resistia à medida por temer mais uma condenação na OMC e também por considerar que o setor automotivo já tem uma grande proteção no mercado brasileiro por causa da tarifa de importação de 35% aplicada sobre os veículos fabricados fora do país.

O time econômico de Jair Bolsonaro tem como meta zerar o déficit primário em 2019 e reduzir sensivelmente o saldo negativo do resultado nominal (que inclui a conta de juros) e o nível de endividamento do setor público. Para isso, estuda não só medidas como leiloar a área da cessão onerosa do pré-sal, fazer um grande programa de privatizações e reverter algumas desonerações fiscais que são consideradas ineficientes e/ou regressivas, dado que não há disposição da futura equipe de aumentar tributos diretamente. Por isso, o Rota 2030 é visto com desconfiança pelo time bolsonarista.

Disputa entre São Paulo e Goiás adia votação

Por De Brasília

Resolvida a disputa entre Ford e Fiat Chrysler Automobiles (FCA) em torno da prorrogação do regime automotivo do Nordeste, agora é uma briga entre as montadoras de São Paulo e Rio de Janeiro com as de Goiás que está ameaçando a aprovação da medida provisória (MP) do Rota 2030, novo programa de incentivo à indústria automotiva.

Com a prorrogação dos incentivos do Nordeste, que acabariam em 31 de dezembro de 2020 e agora estão sendo mantidos até 2025 com redução de 40% nos créditos tributários, o senador e governador eleito de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), trabalhou para prorrogar os benefícios para as montadoras do seu Estado.

A emenda aprovada pela comissão mista, contudo, incluiu o Centro-Oeste dentro do mesmo regime do Nordeste, cujos incentivos são bem maiores. Isso elevou em 262,5% os créditos de IPI para a produção de veículos na região, segundo o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que articulou o adiamento da votação para impedir esse aumento.

O acordo discutido desde a semana passada prevê modificar a emenda para apenas prorrogar o incentivo do Centro-Oeste por mais cinco anos, mas sem aumentar os créditos. O tucano, porém, disse que não concorda. "O cálculo que as empresas fazem é que não tem mais nenhuma justificativa para manter nesse valor. Quando foi criado, o argumento era o frete. Mas a Anfavea hoje diz que o custo do frete em São Paulo é igual ao de Goiás. Não é mais compensatório, hoje é um privilégio", disse Lippi. "Isso cria um desequilíbrio efetivo na competição", acusou.

Segundo o tucano, além da Toyota, empresa instalada em sua cidade (Sorocaba), estão atuando contra essa emenda a General Motors (GM), a Nissan, a Hyundai, todas com fábricas em São Paulo, e a Peugeot, com sede no Rio de Janeiro. Elas admitem alongar os incentivos para Goiás até 2025, mas com redução. Outras montadoras, como a Volkswagen, preferem evitar o confronto com medo de que atrapalhe a aprovação do Rota 2030.

Hoje há cinco montadoras em Goiás: Hyundai (do Grupo Caoa),

John Deere, Suzuki, Mitsubishi e Chery (também da Caoa).

Já o líder do DEM e vice-governador eleito de São Paulo, Rodrigo Garcia, disse que apoia a demanda de Goiás, desde que limitada aos atuais projetos. "Quem já tem os incentivos teria o benefício prorrogado, mas novas empresas que se instalassem lá não teriam direito", afirmou. Na opinião dele, não haveria tanto problema em apenas estender o regime do Centro-Oeste porque o valor do incentivo é de um terço do aprovado para o Nordeste, já considerando a redução de cerca de 40% a partir de 2021.

O impasse voltou a ameaçar o Rota 2030, que vale para toda a indústria automotiva do Nordeste que investir em desenvolvimento e pesquisa de novos projetos e que custará R\$ 2,1 bilhões ao ano em renúncias fiscais. A votação foi adiada para hoje e a MP perderá a validade se não for aprovada também pelo Senado até o dia 16. O atraso já impediu o plano do presidente Michel Temer de sancionar a medida provisória na abertura do Salão do Automóvel amanhã.

Estados repetem garantias de crédito e elevam risco da União

Por Marta Watanabe | De São Paulo

O estoque de saldo devedor em operações de crédito aos governos regionais com garantia da União chegou ao fim de 2017 a valor superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Parte do montante, que inclui tanto empréstimos concedidos diretamente com aval do Tesouro Nacional quanto operações contraídas com bancos públicos federais, possui as mesmas garantias ou contragarantias, o que pode afetar a exposição da União à eventual insolvência de governos regionais.

Os dados constam de texto para discussão intitulado "Exposição da União à insolvência dos entes subnacionais" divulgado ontem pelo Tesouro. Segundo o estudo, o estoque de saldo devedor de dívida garantida diretamente pela União aos entes federados somou ao fim do ano passado R\$ 190 bilhões, o equivalente a 3% do PIB. A esse valor, porém, podem ser acrescidos outros R\$ 38 bilhões em estoque de créditos nos quais não houve aval do Tesouro, mas para os quais a União é a garantidora de fato porque foram contratados com bancos públicos federais como BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Tesouro destaca que o lastro para as operações é constituído pelo

mesmo conjunto de receitas. Isso porque tanto a União quanto os bancos públicos solicitam dos governos regionais a oferta de receitas próprias ou de transferências como garantia ou contragarantia nas operações de crédito.

Segundo o Tesouro, nem a União nem os bancos têm, atualmente, a real dimensão do nível de alavancagem das receitas que as prefeituras e governos estaduais oferecem em garantia ou contragarantia. "Em que pese não ser possível ainda quantificar o nível de alavancagem desses recursos, não há dúvidas de que, sobretudo em contexto de grave crise fiscal e de liquidez pelos quais passam os entes subnacionais, tais recursos podem ser insuficientes para cobrir eventos de default generalizado e sistêmico, como aquele que foi vivenciado recentemente pelo Estado do Rio de Janeiro", diz o documento.

A oferta de transferências governamentais em empréstimos torna o crédito mais barato a Estados e prefeituras. Mas uma análise conjunta revela que, se as mesmas receitas são dadas em vários financiamentos, há risco de competição da União e dos bancos pelas mesmas garantias em caso de inadimplência. Isto, destaca o Tesouro, gera incerteza em relação ao cumprimento dos pagamentos e tornaria as operações mais caras.

Outro risco, diz o documento, é o de o governo federal não conseguir executar as contragarantias dadas em troca de seu aval em empréstimos a Estados e municípios. Isso, diz o Tesouro, traria aumento da percepção da deterioração fiscal da União e resultaria em aumento do risco soberano, quadro que dificultaria o acesso a crédito não somente do setor público quanto do privado. Isso porque a taxa livre de risco que remunera o crédito à União sofre impacto do risco soberano e é variável preponderante na definição de juros para todos os demais financiamentos.

Segundo o Tesouro, desde 2002, o recorde anual de operações de crédito aprovadas aos governos regionais se deu em 2013. Com regras mais flexíveis à época para concessão de aval do Tesouro a prefeituras e governos estaduais, os financiamentos com garantia direta da União representaram 81,2% dos R\$ 75,25 bilhões liberados em 2013. No mesmo período a fatia das operações com instituições federais sem garantia foi de 17,3% do total aprovado.

No caso dos Estados, especificamente, destaca o Tesouro, as receitas de operações de crédito de 2012 até 2017 somaram mais de R\$ 158 bilhões, a maior parte concedida até 2014, quando o endividamento dos entes aumentou significativamente como resultado de uma política expansionista.





A partir de 2015, porém, o quadro mudou, com redução no volume de operações de crédito aprovadas. Em 2016 o total de financiamentos aprovados somou R\$ 15,1 bilhões e em 2017 ficou estável em relação ao ano anterior, em R\$ 15,76 bilhões. Em 2017, como resultado de regras mais rígidas, a fatia garantida diretamente pela União caiu para 50,1%. A participação dos empréstimos sem garantia, mas concedidos por bancos federais, porém, subiu para 33,8%.

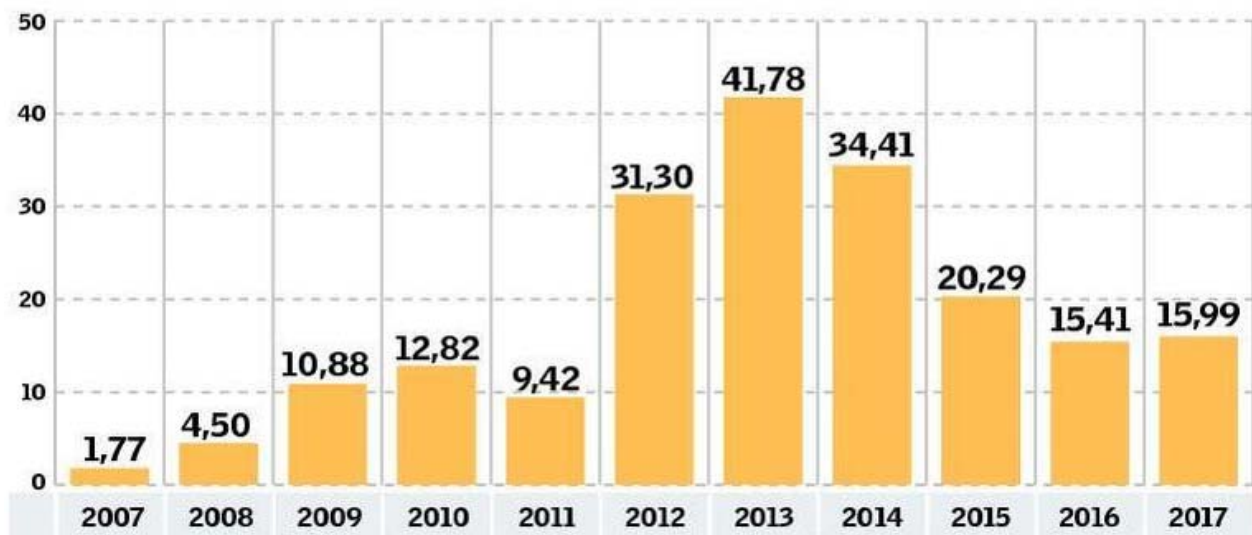
O Tesouro ressalta que a exposição da União à insolvência dos governos regionais nesses casos é dupla. Mesmo que a União faça valer as garantias e contragarantias que possui, é possível que os bancos públicos não consigam o mesmo em caso de grave crise financeira de um

Estado ou município. Nessa situação os bancos públicos arcarão com um prejuízo que será certamente repassado ao Tesouro via redução de dividendos ou necessidade de aporte de capital.

O documento do Tesouro elenca ainda outros fatores que enfraquecem o sistema de garantias da União. A judicialização é um deles. A regulação em vigor, diz o relatório, contém mecanismos que reduzem o risco soberano nos programas de financiamento de dívidas e na concessão de garantias. Os governos regionais, porém, têm recorrido cada vez mais ao Judiciário não somente para reduzir o valor das prestações devidas mas também para evitar a execução de contragarantias pela União.

Receitas de operações de crédito

Concedidas aos Estados - em R\$ bilhões



Fonte: PAF/STN

Fusão de pastas é boa para o país, diz Firjan

Por Do Rio

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) afirmou, em nota, que o país terá "muito a ganhar" com a fusão dos ministérios da Fazenda; Planejamento, Orçamento e Gestão; e Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

A Firjan justifica o apoio lembrando que a medida constava do plano do candidato Jair Bolsonaro (PSL) apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que tinha como fundamento a necessidade de enxugar o Estado e assegurar comando único à área econômica. "Ou seja, não se pode alegar que a nova configuração seja surpresa ou represente qualquer contradição em relação ao que se expôs no curso da campanha eleitoral."

Na nota, a federação lembra que menos de 10% dos maiores PIBs do mundo possuem Ministério do Planejamento independente do Ministério da Economia. Para ela, a existência de pastas separadas serviu no Brasil "de combustível para um anacrônico e estéril debate entre desenvolvimentistas e monetaristas que em nada contribuiu para a unidade de governos anteriores".

Depoimento de Guedes é adiado

Por Isadora Peron e Luísa Martins | De Brasília

O Ministério Público Federal do Distrito Federal adiou o depoimento do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, à força-tarefa da Operação Greenfield, que estava previsto para acontecer ontem. A oitiva ficou para o dia 5 de dezembro.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público, o depoimento foi remarcado devido a problemas de agenda dos procuradores, que teriam outras audiências esta semana na Justiça Federal.

Guedes é alvo de duas investigações sobre supostas irregularidades na gestão de dinheiro de fundos de pensão de estatais.

Em um dos procedimentos, o economista é suspeito de cometer crimes de gestão fraudulenta e temerária à frente de fundos de investimentos (FIPs) que receberam R\$ 1 bilhão, entre 2009 e 2013, de fundos de pensão ligados a empresas públicas. Entre os fundos de pensão estão a Funcef, da Caixa, Postalis, dos Correios, Previ, do Banco do Brasil e BNDESPar, ligado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No fim de outubro, uma nova

investigação foi instaurada pelo Ministério Público para apurar se os investimentos realizados por fundos de pensão na empresa BR Educacional, que também tinha Guedes como sócio. Segundo os procuradores, o fundo do economista ganhou R\$ 85,7 milhões de taxa de administração em valores históricos. Corrigido pela taxa Selic, o montante atinge R\$ 152 milhões.

Em nota divulgada quando as investigações vieram à tona, a defesa de Guedes negou irregularidades e alegou que os investimentos geraram lucro para os fundos de pensão. Os advogados também apontaram motivações eleitorais na abertura dos procedimentos durante a campanha, classificando os atos como "uma afronta à democracia" cujo principal objetivo era o de "confundir o eleitor".

Paulo Guedes é considerado o principal nome da economia do presidente eleito, Jair Bolsonaro, de quem ganhou o apelido de "posto Ipiranga". Ele foi indicado para assumir um cargo formal na equipe de transição do novo governo e já foi anunciado como o nome que vai comandar o superministério que deve unir as funções atualmente desempenhadas por três pastas diferentes da Esplanada: Fazenda; Planejamento, Orçamento e Gestão; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Uma ideia que não faz sentido

Maílson da Nóbrega

A criação do Superministério da Economia, envolvendo as pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, comete muitos erros. A pretensão parece ser a de criar um novo czar da economia, com carta branca para resolver décadas de problemas do setor público. Trata-se de obra ciclópica, que não depende de um indivíduo nem tem como ser levada a cabo num período de governo.

O czar da economia foi uma figura do regime militar, quando se governava por decretos-leis, os quais somente podiam ser aprovados ou rejeitados pelo Congresso Nacional. Hoje reformas dependem, em muitos casos, de complexas emendas à Constituição. Medidas provisórias, que eram renovadas indefinidamente (a do Plano Real foi reeditada mais de 30 vezes), agora só podem ser reeditadas uma única vez.

Diz-se que a concentração de tamanho poder nas mãos de um superministro facilitaria o ajuste fiscal e a privatização em larga escala. Mesmo que essa fosse a saída para atingir tais objetivos, o que não é, a ideia desconsidera a complexidade e a gama de funções dos três ministérios.

O Ministério da Fazenda, um

gigante, demanda do ministro dedicação de 12 horas diárias ou mais. Sob suas ordens estão 40 organizações: nove órgãos singulares, 15 órgãos colegiados, quatro autarquias, cinco empresas públicas e três sociedades de economia mista. O ministro preside, entre outros, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho de Política Fazendária (Confaz) e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A eles se subordinam o Banco Central – até que adquira autonomia operacional –, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria de Previdência, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e muitos outros.

A incorporação do Planejamento comete um erro elementar, o de juntar funções que devem ser segregadas: as de elaboração e execução do Orçamento. É assim em praticamente todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos. Lá, a preparação do Orçamento está a cargo de um órgão da Casa Branca, o Office of Management and Budget (OMB), enquanto a execução cabe ao Departamento do Tesouro. Ambos têm status ministerial.

A fusão poderia piorar a qualidade do Orçamento. A separação tem uma lógica. Sua elaboração considera o médio e o longo prazos; o órgão que o executa focaliza as questões de curto prazo, ligadas à política fiscal. Afora esse erro, a junção agregaria às já amplas responsabilidades do superministro a supervisão de 23 órgãos e entidades: quatro colegiados, nove secretarias e seis fundações e empresas públicas. A ele se subordinariam, entre outros, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O Planejamento cuida de assuntos que não se ajustam ao papel da Fazenda, caso da gestão de pessoal civil da União.

Quanto à pasta da Indústria, o futuro superministro parece identificá-la apenas como fonte de pressão para obter protecionismo, subsídios e incentivos fiscais. Acontece que ela conduz várias atividades relevantes para a indústria, o comércio exterior e os serviços. A esse ministério pertencem oito secretarias e três órgãos e entidades, entre os quais o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), o





Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade Industrial e Tecnologia (Inmetro), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Em todo o mundo existe um ministério para cuidar dos assuntos ligados à indústria, ao comércio exterior e aos serviços. Há casos de duas pastas, uma para a indústria e outra para o comércio exterior. Novamente, os EUA são exemplo com o Departamento do Comércio, que supervisiona atividades ligadas à indústria e ao comércio.

No Japão há o Ministério da Economia, Comércio e Indústria, que sucedeu em 2001 ao Ministério do Comércio Internacional e da Indústria (Miti, na sigla em inglês). O Miti, um dos mais poderosos

órgãos do governo japonês, teve participação decisiva nas medidas que permitiram a ascensão do país no pós-guerra. A ele cabiam a política industrial e o fomento às atividades de pesquisa e investimento. A nova pasta continua separada do Ministério das Finanças.

Em termos de gastos, a criação do Superministério da Economia economizaria muito pouco. Desapareceriam os órgãos de assessoramento direto dos ministros do Planejamento e da Indústria, mas eles são compostos, na grande maioria, por servidores públicos, que não podem ser demitidos. Cargos comissionados ocupados por não integrantes do funcionalismo federal seriam eliminados, mas não a ponto de justificar a fusão.

Em resumo, a criação do superministério da Economia

parece não ter ponderado os riscos de aglutinar a enorme quantidade de funções, órgãos e entidades integrantes das três pastas. Grande parte deles precisa ser mantida. Como a medida não produziria um super-homem capaz de assumir, supervisionar e coordenar as extensas funções e atividades que lhes caberiam, o superministério tenderia a resultar em muita confusão, vários conflitos e grande ineficiência.

A ideia não leva em conta a História. A mesma fusão foi decidida por Fernando Collor e deu errado. Foi abandonada logo após o impeachment, quando Itamar Franco reorganizou a estrutura das pastas ministeriais. Paulo Guedes não precisa ser um superministro para se tornar um dos mais relevantes membros do próximo governo. Poderia desistir de uma ideia que não faz o menor sentido.

Dívida pública não será renegociada, diz Guedes

Futuro ministro da Economia contraria declarações de Bolsonaro e afirma que redução do endividamento se dará com reformas e venda de ativos

Idiana Tomazelli

Eduardo Rodrigues /
BRASÍLIA

Anna Carolina Papp SÃO
PAULO

Futuro ministro da Economia no governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes afirmou ontem que “está fora de questão” renegociar a dívida pública brasileira. Ele acrescentou que a estratégia da futura equipe econômica para a redução do endividamento será realizar as reformas e acelerar as privatizações. Na segunda-feira, em entrevista à Band, o presidente eleito disse que a dívida pública do Brasil não é impagável, mas precisaria ser renegociada.

Bolsonaro afirmou ainda que seu ministro da Economia se encarregaria dessa missão. Guedes, porém, foi enfático ao negar. “Está fora de questão renegociar dívida. O que existe é preocupação com a dívida. Por isso, faremos reformas e faremos o que empresas fazem – vender ativos”, disse Guedes. “Não é razoável o Brasil gastar US\$ 100 bilhões por ano para pagar juros da dívida”, afirmou.

A dívida pública federal fechou o mês de setembro, último dado disponível, em R\$ 3,79 trilhões, segundo o Tesouro Nacional – sendo R\$ 3,62 trilhões de dívida interna e R\$ 151 bilhões de dívida externa (com pagamentos em moeda estrangeira). Para captar recursos no mercado nacional – dívida interna –, o governo emite títulos públicos, negociados na plataforma do Tesouro Direto.

Na prática, a União toma dinheiro emprestado e paga juros por isso – que podem ser prefixados ou atrelados a algum indicador, como Selic ou inflação. O componente externo da dívida é pago em outras moedas, sobretudo o dólar. A captação ocorre por meio da emissão de títulos e por outros contratos.

Recursos.

Paulo Guedes disse ainda que pretende acelerar as privatizações para liberar recursos e ajudar não só no ajuste fiscal, mas também no alívio a algumas áreas que hoje reclamam da falta de verbas. “Em vez de pagar juros da dívida, vamos dar dinheiro para saúde e educação.”

O grande problema dos últimos 30 anos, segundo o economista, é o “descontrole” sobre os gastos públicos – questão que ele promete atacar em sua gestão. Simão Silber, professor da FEA-USP,

acredita que falar em renegociação da dívida pública é preocupante.

“A primeira impressão que uma declaração como essa passa ao mercado é de uma postura unilateral: admitir que pode não pagar, que pode haver um default (calote)”, diz. “Outra forma seria tentar fazer algum tipo de acordo; mas, mesmo assim, é um sinal horrível, pois indica problema de solvência.”

Ele pontua que, além do ajuste fiscal, seja via reformas – como a da Previdência – ou mesmo com mudanças mais simples, como revisão de renúncias tributárias, é necessário voltar os olhos e os esforços para que o País volte a crescer. “Precisamos de uma estratégia que associe o equilíbrio das contas públicas com a melhora do crescimento, pois isso traria uma melhora da arrecadação naturalmente”, diz.

“Com ajuste sem crescimento, o Brasil está falido”, afirma Silber, que destaca a importância da retomada dos investimentos e do aumento de exportações. Paulo Guedes falou a jornalistas na chegada ao Ministério da Fazenda para um encontro com o atual titular da pasta, Eduardo Guardia. No próximo governo, a Fazenda será incorporada ao Planejamento e à pasta de Indústria, Comércio Exterior e Serviços para formar o Ministério da Economia.

Temer pode antecipar reforma dos ministérios

Objetivo é permitir que Orçamento em tramitação seja adaptado para fusões e extinções de pastas planejadas por Jair Bolsonaro

Eduardo Rodrigues

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

Para evitar que o Congresso Nacional acabe aprovando um Orçamento “fictício” para 2019, o atual governo poderá antecipar a Medida Provisória que altera a divisão dos ministérios no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro. O objetivo é permitir que a peça orçamentária que tramita no parlamento seja adaptada a tempo de considerar as fusões e extinções de pastas planejadas pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

Os normativos com as novas estruturas seriam editados com vigência a partir de 1.º de janeiro. Com a nova estrutura, será possível via mensagem presidencial, encaminhar uma nova proposta orçamentária, explicou uma fonte da equipe econômica do governo Michel Temer. Sem o ajuste no Orçamento à nova estrutura, não será possível fazer a dotação de recursos para as novas áreas. Isso porque é preciso ter previsão legal para criação de dotação Orçamentária.

Sem um ato legal que preveja a alteração da composição da

Esplanada dos Ministérios a partir de 1.º de janeiro, o Congresso precisará aprovar até dezembro o Orçamento de 2019 conforme a estrutura atual – que engloba 23 ministérios e outras seis secretarias ou órgãos com esse mesmo status. A reforma administrativa com a redução dos ministérios e transferências de áreas de uma pasta para outra é central na política desenhada pela equipe econômica.

O time de Paulo Guedes, o futuro ministro da Economia de Jair Bolsonaro, acredita que o enxugamento da máquina trará mais eficiência na gestão administrativa em pouco tempo. Haverá, por exemplo, um superministério da Economia, juntando Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Já a pasta da Educação deve ser unificada com Esporte e Cultura.

A equipe de Bolsonaro chegou a anunciar a fusão entre Agricultura e Meio Ambiente, mas ainda não houve essa definição. O ministério das Cidades, por sua vez, será extinto.

Prioridade.

As negociações do Orçamento de 2019 são prioridade da equipe de transição na área econômica, que terá na quarta-feira, a primeira reunião de trabalho. Ajustar o orçamento já considerando a nova estrutura facilitaria muito o trabalho, afirmou uma fonte do

governo Temer.

De acordo com a área técnica do parlamento, aprovar o Orçamento sem as mudanças obrigaria o novo governo a editar uma série de novas regras no próximo ano, não apenas para reorganizar as pastas em 15 ou 17 – como deseja Guedes –, mas também detalhar exatamente quais atribuições de cada ministério serão assumidas por outros.

No caso de pastas que serão apenas fundidas, como Justiça e Segurança Pública, bastaria especificar que as dotações orçamentárias passam a ser somadas. Mas, em casos de ministérios extintos, seria necessária a uma nova aprovação do Congresso - de créditos especiais ou suplementares - para que recursos que já estavam aprovados para uma área possam ser remanejados para outra função.

Por isso, na avaliação de técnicos do Congresso, seria mais ágil e transparente realizar essas mudanças ainda neste ano. Havendo definição da equipe de transição sobre a composição dos ministérios a partir do próximo ano, o governo poderia enviar uma mensagem modificativa ao Parlamento a tempo de deputados e senadores discutirem e aprovarem um orçamento definitivo, evitando-se assim o trabalho dobrado no começo de 2019.

CONJUNTURA »**Armadilhas na rota do ajuste fiscal**

Reposições salariais reivindicadas por servidores podem custar quase R\$ 200 bilhões aos cofres públicos nos próximos anos. Somente pleito que pede o mesmo reajuste dado a gerais, há 25 anos, reconhecido pelo STF, chega a R\$ 17 bilhões

» VERA BATISTA

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, promete cortar custos e enxugar a máquina pública. Mas tem à sua espera uma desagradável surpresa em termos de gastos não previstos. Ele precisará encarar, por exemplo, ações judiciais, com mais de 25 anos, por equiparação salarial de servidores, consequência de revisão geral diferenciada de soldos de militares e remunerações de civis. O impacto no orçamento somente desse item era calculado em R\$ 5,9 bilhões, “mas o valor está extremamente defasado, e pode triplicar, ultrapassando os R\$ 17 bilhões”, disse um especialista em contas públicas.

O problema será a falta de dinheiro para fazer frente à despesa, caso a União perca a ação bilionária. Em última instância, a saída seria aumento de impostos ou mais endividamento. O Anexo V do Orçamento de 2019, que trata de possíveis dívidas trabalhistas,

reserva pouco menos de R\$ 4 bilhões para diversas contingências, tais como “ações de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos, como as ações de reposição dos 28,8%”, disse o técnico. A dívida com os funcionários, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2014, vem desde janeiro de 1993, quando a União deu aos oficiais gerais reajuste salarial 28,86% superior ao dos servidores civis e demais militares.

A exclusividade para os graduados da caserna violou dispositivo constitucional. “O aumento separou civis de militares. Mas, à época, a determinação era de que a revisão geral da remuneração, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, teria de ser sempre na mesma data”, destacou Vladimir Nepomuceno, ex-coordenador da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento e consultor de entidades sindicais. O número de ações cobrando reajuste de 28,86% se espalhou pela administração federal. Uma delas, específica dos servidores do Banco Central (BC), seria julgada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas não entrou na pauta. “Não tem volta. Se o Judiciário decidir, a União terá de pagar”, disse Nepomuceno.

Para o economista Gil Castello Branco, da Associação Contas Abertas, o déficit público, previsto em R\$ 139 bilhões em 2019, vai dar um salto se isso acontecer. “É um absurdo que algo assim ocorra apenas porque o governo não prestou atenção à lei e permitiu aumento diferenciado. Isso, no fim das contas, será bancado por todos nós, contribuintes”, disse. A briga na Justiça também revela o que muitos servidores não querem admitir. “Declaram corrosão salarial pela inflação, mas essas correções, ao longo do tempo, se transformam em ganhos indiretos que oneram a folha de pagamento”, destacou Castello Branco.

Exemplos não faltam. Outras ações que reivindicam correção salarial — de 11,98%, 14,23%, 15,80%, e a incorporação de quintos — estão sendo analisadas pela Justiça. Se forem atendidas, elas podem custar, juntas, cerca de R\$ 200 bilhões aos cofres públicos nos próximos anos. “Os pleitos são resultados de leis mal redigidas e decisões administrativas equivocadas. Elas abrem espaço para reivindicações que incham a folha de pagamento e arrombam as contas públicas”, disse um especialista que não quis se identificar.

Quintos

Logo depois do reajuste





concedido aos gerais, em 2003, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, no governo Itamar Franco, lançou o Plano Real. Em 1º de março de 1994, entrou em vigor a Unidade Real de Valor (URV), para a qual foram convertidos todos os preços da economia. Os servidores, porém, alegaram que a conversão dos salários foi feita de forma equivocada e passaram a reivindicar reposição de 11,98%.

Em 1998, medida provisória proibiu a incorporação de quintos de função comissionada (aumentos automáticos a cada cinco anos). Mas, inadvertidamente, outra MP foi editada em 2001 com semelhante objetivo, gerando dubiedade de interpretação, o que possibilitou que alguns funcionários alegassem ter direito aos quintos entre 1998 e 2001. Segundo estimativas do ministro Gilmar Mendes, do STF, caso todos os que pedem

incorporação forem atendidos, o impacto financeiro seria de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões.

Em 2003, no Legislativo, houve revisão geral anual diferenciada e foi criada a Vantagem Pecuniária Individual (VPI), de R\$ 59,87, que representava 14,23% para categorias com menores salários. Os demais servidores, porém, reivindicam o mesmo percentual, o que pode representar uma fatura adicional de R\$ 42 bilhões, nos cálculos do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2012, veio outra revisão geral de 15,8%, que motivou nova enxurrada de ações, sob a alegação de que apenas o vencimento básico foi corrigido, sem considerar a VPI. Além disso, os 14,23% do Legislativo passaram, em 2016, a ser reivindicados pelo pessoal do Judiciário. Para eles, a VPI de R\$ 59,87 corresponde a 13,23% dos menores vencimentos.





Bomba-relógio

Ações judiciais exigindo equiparação de aumento salarial de servidores civis e militares

AUMENTO	ANOS DE REFERÊNCIA	QUEM É AFETADO
Revisão geral de 28,86%	1993	Reajustes diferenciados para oficiais gerais. Ficaram de fora, militares menos graduados e civis.
Reajuste de 11,98%	1994	Diferença na conversão da Unidade Real de Valor (URV) para o real. Cálculo para menos nos salários.
Incorporação de quintos de função comissionada	1998 e 2001	Dubiedade de interpretação da Medida Provisória nº 2245-45, de 2001, que prorrogou a incorporação de 1/5 das funções comissionadas para cada ano entre 1998 e 2001.
Revisão geral de 14,23%	2003	No Legislativo. Revisão anual diferenciada: 1% de reajuste em janeiro de 2003 e, em maio, criação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) de R\$ 59,87. Valor que representava acréscimo de 14,23% para os que ganhavam menos.
Revisão geral de 15,8%	2012	Percentual uniforme de reajuste parcelado em três anos. No Judiciário, corrigiu apenas o vencimento básico, sem considerar a Vantagem Pecuniária Individual (VPI). Já existem várias ações pedindo correção.
14,23% ressuscitados 2016	2016	A lei reconheceu o direito à incorporação dos 14,23% aos servidores do Judiciário. Para esses, a Vantagem Pecuniária Individual de R\$ 59,87 corresponde a 13,23%.

Equiparação de percentuais de aumento para servidores

- Peso para os cofres públicos da enxurrada de ações judiciais pedindo os mesmos direitos.
- Como o governo não sabe quando a Justiça vai autorizar, os pagamentos não estão previstas no Orçamento da União.

Fontes: Anafe, AGU, Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, FGV-Direito/RJ

Paciífico/CB/DA Press